

Falta de quórum adia votação de MP

BRASÍLIA — O governo encontrou no Congresso um inesperado aliado para manter intocado o Plano Real. Ao contrário do que ocorreu nos planos econômicos anteriores, os parlamentares não vêm demonstrando interesse em discutir e votar a Medida Provisória que criou o real. Apenas oito congressistas participaram esta semana do fórum criado para discutir o plano. Nem mesmo o parecer do senador José Fogaça, relator da MP, conseguiu ser votado ontem na comissão mista do Congresso, por falta de quórum.

Fogaça fez pequenas mudanças na MP, sem alterar a base do plano econômico. Entre elas está uma proposta do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), garantindo que o trabalhador demitido sem justa causa até dezembro receberá uma indenização extra cor-

respondente a 50% do valor do último salário. Outra mudança permite que o Ministério Público Federal ingresse na Justiça com ações civis e penais contra os especuladores.

Por pressão dos partidos de esquerda, que defendem maior controle do Congresso sobre as emissões de moeda e sobre o Fundo de Amortização da Dívida Pública, Fogaça determinou que a programação monetária trimestral terá de ser submetida previamente ao Legislativo. Os parlamentares terão prazo de 10 dias para aprová-la ou rejeitá-la. Em caso de rejeição, nova programação terá de ser enviada. Na alienação de ações das empresas incluídas no fundo, o BNDES fica obrigado a publicar nos jornais e enviar em 30 dias ao TCU um relatório sobre as con-

dições de venda.

Como não foi votado na comissão, o projeto de Fogaça vai direto para o plenário. Apesar de o presidente do Congresso, Humberto Lucena, ter marcado para a próxima semana um esforço concentrado para a votação do Orçamento de 94, ninguém acredita em quórum para aprovar a MP. Para o presidente da comissão mista, deputado Ney Lopes (PFL-PE), a votação deverá ficar para depois do primeiro turno das eleições.

— Com o fim da Copa, os parlamentares vão entrar de cabeça na campanha eleitoral, o que vai impedir qualquer votação importante — avalia Lopes.

— Se o Congresso não votar a medida, é sinal de que concorda com o plano econômico — interpreta Fogaça.

Roberto Stuckert



Senador José Fogaça, relator da MP